A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero

Carlos André Silva de Moura¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v9i25.31119>

Resumo: Com o discurso de reafirmação política da Igreja romana no início do século XX, as cartas pastorais publicadas nas diversas arquidioceses do Brasil se posicionaram a favor de um movimento intelectual para a reestruturação do catolicismo. O artigo tem o objetivo de analisar o projeto de politização do clero, estruturado com a publicação da pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916, quando assumiu a circunscrição de Olinda. A partir de uma investigação que tem como base a história cultural das religiões, apresentamos a formação intelectual do bispo, os projetos organizados junto à diocese e as principais temáticas elencadas no documento, que são importantes para compreendermos parte dos debates entre os poderes político e religioso na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: História das Religiões – Igreja Católica – Dom Sebastião Leme – Carta Pastoral de 1916 – Politização do Clero

The pastoral Dom Sebastião Leme in 1916 and the project of politicization from Clergy

Abstract: With the political reaffirmation of speech from the Roman Church in the early twentieth century, the pastoral letters published in various archdioceses in Brazil have positioned themselves in favor of an intellectual movement for the restructuring of Catholicism. The article aims to analyze the politicization of project clergy, structured with the publication by Dom Sebastião Leme pastoral in 1916, when he took over the district of Olinda. From an investigation based on the cultural history of religions, we present the intellectual formation of the bishop, his projects organized by the diocese and the main themes listed in the document, important for the discussions between the political and religious powers in the first half the twentieth century.

Keywords: History of Religions - Catholic Church - Dom Sebastião Leme - Pastoral Letter 1916 - Clergy Politicization

La pastoral de Don Sebastião Leme en 1916 y el proyecto de politización del Clero

Resumen: Con el discurso de reafirmación política de la Iglesia Romana en el inicio del siglo XX, las cartas pastorales publicadas en las diversas arquidiócesis de Brasil se pusieron a favor de un movimiento intelectual para la reestructuración del catolicismo. El artículo tiene el objetivo de analizar el proyecto de politización del clero, estructurado con la publicación de la pastoral de Don Sebastião Leme en 1916, cuando asumió la circunscripción de Olinda. A partir de una investigación que tiene como base la historia cultural de las religiones, presentamos la formación intelectual del obispo, sus proyectos organizados junto a la diócesis y las principales temáticas

¹ Doutor em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorando no Departamento de História da mesma instituição, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n.º 2015/11467-2. E-mail: casanmarcos@yahoo.com.br.

relacionadas en el documento, importante para los debates entre los poderes político y religioso en la primera mitad del siglo XX.

Palabras clave: Historia de las Religiones – Iglesia Católica – Don Sebastião Leme – Carta Pastoral de 1916 – Politización del Clero

Recebido em 25/02/2016 - Aprovado em 20/04/2016

[...] ao catholico não pôde ser indifferente que a sua pátria seja ou não alliada de Jesus Cristo. Seria trair Jesus; seria trair a patria! Eis por que, com todas as energias de nossa alma de catholicos e brasileiros, urge rompamos com o marasmo atrophiante com que nos habituamos a ser uma maioria nominal, esquecida dos seus deveres, sem consciencia dos seus direitos. É grande o mal, urgente é a cura. Tental-o – é obra de fé e acto de patriotismo. (LEME, 1916, p. 08).

Para analisar os movimentos políticos que tiveram como líderes os representantes da Igreja Católica, na primeira metade do século XX, deve-se considerar a atuação do clero como uma instituição internacional e com projetos em diversas frentes. Além de ter como objetivo legitimar o discurso de uma ordem social que tinha, enquanto base, os valores da cúria romana. É a partir deste posicionamento que investigamos o movimento de Restauração Católica², como ação de um clero militante e estruturado por intelectuais comprometidos com as ideias religiosas.

Os líderes do projeto de reafirmação política da Igreja Católica tinham como objetivo atuar em nações que passavam por processos de secularização, laicização e/ou laicismo do Estado³. Entre estes países, podemos destacar as ações eclesásticas desenvolvidas na França, na Espanha, em Portugal, no Uruguai e no Brasil. É importante enfatizar que as atividades dos eclesásticos guardaram as suas especificidades locais, políticas e culturais, com modelos de atuação determinados pelo processo de separação entre o Estado e a Igreja, que poderia viabilizar a continuidade da atuação dos grupos religiosos em meio a uma política cultural laica.

Desde a segunda metade do século XIX, a partir da encíclica papal *Quanta Cura*, o termo Restauração Católica recebeu as conotações que serão utilizadas durante a narrativa deste artigo. Enfatizamos que o conceito foi utilizado em outros momentos

² Para evitar repetições, durante o texto também utilizaremos os termos recatolização, restauração ou recristianização, como sinônimos deste conceito. As palavras também estão presentes nas fontes, pois representam as ações do clero e dos intelectuais católicos para a reinserção das ideias religiosas nos debates políticos e nas ações da sociedade na primeira metade do século XX.

³ Sobre as definições para os conceitos de secularização, laicização e laicismo Cf. CATROGA, 2006; MOURA, 2015, p. 25 – 43.

históricos, a exemplo do período da contrarreforma, mas com objetivos e significados diferentes dos estruturados nas primeiras décadas do século passado.

Em 08 de dezembro de 1864, o papa Pio IX destacou a importância da união dos católicos em um movimento contra as doutrinas que estavam em desacordo com a Igreja. No documento, o líder da cúria romana enfatizou que “[...] em meio a tal perversidade de opiniões depravadas, [...] temos visto apto a levantar novamente a nossa voz Apostólica” (PIO IX, 04 set. 2012). As palavras colaboraram com os movimentos de reestruturação das ações políticas do clero, constituídas por atividades de combate às ideias contrárias ao pensamento eclesiástico, evitando, assim, a perda do espaço político em países que adotavam leis seculares (MOURA, 2015, p. 17).

O fragmento da encíclica demonstrou que o termo recatolização esteve pautado nos debates religiosos desde o século XIX, momento em que as discussões sobre o conceito de modernidade se popularizaram. As propostas de Pio IX foram pioneiras entre os líderes católicos, com a utilização em diversos documentos publicados no Brasil e com o objetivo de justificar as ações políticas dos eclesiásticos (MOURA, 2015, p. 17).

Entre as propostas desenvolvidas por religiosos e intelectuais católicos, a politização do discurso do clero foi importante para a reaproximação dos projetos dos poderes político e eclesiástico no período estudado. A recatolização se fundamentou na reformulação das ações da Igreja a partir das bases doutrinárias e disciplinares pensadas durante o Concílio do Vaticano I (1869 – 1870), que levou em consideração a nova realidade do pensamento moderno. Assim, defendeu-se o retorno ao catolicismo tridentino, com a reafirmação da autoridade do Papa e a negação a qualquer tutela do Estado sobre o poder eclesiástico (RAMBO, 2002, p. 287).

Os líderes do movimento não tinham o objetivo de patrocinar o retorno do catolicismo como a religião oficial dos países que se tornaram seculares, mas buscavam elaborar propostas que garantissem os direitos políticos e de culto dos membros da Igreja. Os projetos da cúria romana buscavam a legitimidade das práticas dos católicos após o processo de secularização, a organização de instituições que combatessem o desenvolvimento de uma política cultural laicista, as reivindicações frente às propostas políticas e a efetivação de um projeto de âmbito internacional. (MOURA, 2015, p. 44).

Para Riolando Azzi, quando os líderes do clero se utilizaram do termo Restauração Católica, não estavam propondo novas perspectivas e orientações para a vida da Igreja. O conceito de restaurar esteve ligado à recondução da instituição a um antigo modelo da consciência hierárquica, a uma “missão divina” de que a Igreja Católica tinha de colaborar com o Estado. (AZZI, 1994, p. 22).

Com as ações dos membros da Igreja, buscava-se que os ensinamentos católicos voltassem a ser um dos elementos indispensáveis da sociedade no início do século XX. Os projetos de politização do clero⁴ e recatolização da sociedade também colaboraram

⁴ O termo tem o propósito de sintetizar as ações que tinham como objetivo a inserção de diálogos políticos entre os membros da hierarquia da Igreja Católica. As temáticas estiveram presentes nas cartas pastorais, discursos e correspondências trocadas entre os eclesiásticos na primeira metade do século XX.

com a formação de um grupo de fiéis comprometidos com o combate ao pensamento moderno, defensores dos valores cristãos e das ideias dos eclesiásticos. A nova cristandade deveria atuar em diversos espaços, como os centros acadêmicos, as organizações que representavam os trabalhadores e/ou os núcleos culturais, para que as propostas da Igreja Católica atingissem os vários setores da sociedade.

Ao apresentar a carta pastoral de 1916, Dom Sebastião Leme (1882 – 1942) tinha como exemplo um modelo de Igreja Católica que foi superado com a publicação do *Decreto 119-A*⁵. Mesmo defendendo a independência entre os dois poderes, o eclesiástico era defensor de um Estado que reconhecesse as contribuições do clero para a sua organização política, social e cultural.

Parte da historiografia no Brasil convencionou apontar a carta pastoral publicada em 1916, ao assumir a Arquidiocese de Olinda⁶, como o documento inaugural para o projeto de recatolização e politização do clero no país (AZZI, 1994; AZZI; GRIJP, 2008). Reconhecemos a importância do documento para o movimento católico, no entanto, algumas fontes consultadas demonstraram que a temática já era debatida desde o final do século XIX.

As propostas de recristianização estiveram presentes nas encíclicas papais, em cartas pastorais publicadas na transição do século XIX para o XX e em correspondências entre os clérigos. Na *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro* de 19 de março de 1890, os bispos apresentaram as suas preocupações sobre a ordem social após a separação dos dois poderes e a necessidade de se restaurar os valores religiosos no país (O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis da Igreja do Brasil, 1890, p. 03).

Em carta de 15 de julho de 1894, enviada por Francisco Coelho Duarte Badaró (1860 – 1921) ao bispo de Curitiba, Dom José Camargo Barros (1858 – 1906), percebe-se o posicionamento das lideranças do clero sobre o projeto de politização dos eclesiásticos e a sua aproximação com os integrantes do governo. Na correspondência, destacou-se que:

Em geral, vossos colegas do Brasil levam uma vida muito retirada, e fogem quase de proposito deliberado da vida pública. Eu acho que é um grave erro político. [...] Penso que a missão dos novos bispos brasileiros deva ser agora um verdadeiro apostolado. Separada do Estado, é preciso que a Igreja faça o seu proprio caminho, e ganhe assim a consciência do povo. Os católicos brasileiros devem aspirar a todos os cargos públicos, desde o mais modesto até o de chefe de Estado. Se por acaso, algumas leis não estão de acordo com a verdadeira liberdade de consciência, os

⁵ O *Decreto 119 – A*, publicado em 07 de janeiro de 1890, estabeleceu a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil. (Cf. Decreto nº 119 – A, 1890).

⁶ Apenas em 1917 a circunscrição religiosa passou a ser denominada de Arquidiocese de Olinda e Recife.

católicos as devem modifica na Assembléia dos Legisladores. Mas isto não se pode obter senão em colaboração com os corpos políticos que dirigem o país. A reserva, a abstenção dos católicos, é um erro muito grave, quase um crime. [...] Eu vos repito, Excelência, o futuro da Igreja está, no nosso país, hoje, mais que no passado, nas mãos dos bispos (BADARÓ, 1895, p. 121 – 124).

O fragmento demonstrou o posicionamento de parte do clero sobre a inserção dos religiosos na política nacional. Deve-se destacar que os debates políticos foram fundamentais para a formação dos discursos de recatolização desenvolvidos no século XX. A Liga Eleitoral Católica, fundada por Dom Sebastião Leme em 1932⁷, atendeu às reivindicações dos fiéis de uma atuação incisiva dos eclesiásticos junto à política partidária, com o objetivo de legitimar as suas propostas em formato de lei. (LUSTOSA, 1983; ALMEIDA, 2001).

Mesmo não se constituindo no primeiro documento que se referiu a um projeto de Restauração Católica no Brasil, a carta pastoral de 1916 apresentou os caminhos para a formação de um movimento nacional. O texto foi fundamental para a participação dos intelectuais no movimento católico, organização de instituições comprometidas com a propaganda dos valores religiosos, formação de um discurso institucional direcionado à constituição de uma neocrisandade e a retomada dos debates políticos pelos membros do clero.

Para a melhor compreensão da politização dos discursos dos bispos do início do século XX, é necessário estarmos atentos a formação deste grupo. Na encíclica *Litteras a Vobis*, publicada em 02 de julho de 1894, o Papa Leão XIII apresentou as propostas para a reestruturação da Igreja Católica no Brasil. No documento, o líder religioso demonstrou a sua preocupação com a elaboração de atividades que contribuíssem para o crescimento do número de arquidioceses, de lideranças empenhadas no trabalho de evangelização e na escolha dos governantes que estivessem comprometidos com os valores católicos (LEÃO XIII. *Litteras a Vobis*).

Ainda na carta endereçada ao clero brasileiro, destacou-se a importância do envio de alguns seminaristas para complementar a formação em Roma. A partir dos escritos do Papa, orientou-se que no retorno dos religiosos os líderes da Igreja poderiam “usá-los de forma adequada como professores ou para qualquer outra finalidade” (LEÃO XIII. *Litteras a Vobis*) que contribuísse com os projetos de politização do clero.

A Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, o Pontifício Colégio Pio Latino-americano e o Pontifício Colégio Pio Brasileiro⁸ foram os principais destinos dos

⁷ A instituição estruturada por Dom Sebastião Leme foi uma expansão dos projetos desenvolvidos por Dom João Batista Nery (1863 – 1920) na diocese de Campinas a partir de 1913 (MOURA, 2015, p. 217).

⁸ O Pontifício Colégio Pio Latino-americano foi fundado em 21 de novembro de 1858. Com o apoio do Papa Pio XI e a colaboração do Geral da Companhia de Jesus, o padre Vladomiro Ledockowski e os dirigentes da instituição iniciaram uma reorganização para melhor receber os seus estudantes. No mesmo momento, os

estudantes que saíram do Brasil (AZZI, 1994, p. 34). Nas instituições, os discentes acompanhavam uma formação jesuítica na qual os ensinamentos centravam-se nas missões e na propagação da fé. Os trabalhos desenvolvidos nos três espaços foram os responsáveis pela formação dos principais líderes do clero na primeira metade do século XX, como D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850 – 1930), D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882 – 1942), D. Francisco de Aquino Correia (1885 – 1956), D. Alfredo Vicente Scherer (1903 – 1996) e D. José Gaspar de Afonseca e Silva (1901 – 1943).

A formação e atuação destes religiosos contribuíram para a estruturação do conceito de intelectual católico no período estudado. O termo compreende os religiosos e leigos que contribuíram com os projetos da Santa Sé, com o objetivo de organizar as ações que colaboravam com as atividades da cúria romana. A classificação é importante para compreendermos que o movimento de Restauração Católica contou com a atuação de uma rede de colaboração entre os pensadores que tinham como elo a sua inserção nos movimentos de reafirmação do catolicismo (MOURA, 2015, p. 19).

A atuação das lideranças católicas colaborou para a inauguração do conceito de *homo ecclesiae*⁹ na primeira metade do século XX, defensor da ordem social, da autoridade, da contrarrevolução, do nacionalismo e da restauração de uma moral, todos com base nos ensinamentos cristãos. Tal proposta também se estruturava na necessidade da organização de uma neocristandade, atuante a partir dos ensinamentos eclesiásticos e de combate às doutrinas contrárias ao pensamento da Igreja Católica.

O incentivo para a formação dos novos religiosos acompanhou o projeto de constituição de um clero intelectualizado e com atuação política. Em meio aos discentes que se destinaram a Roma estava o seminarista Sebastião Leme, que desenvolveu seus estudos entre os anos de 1897 e 1904 na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Após o retorno ao Brasil em 1904, o eclesiástico tornou-se um dos principais líderes católicos, com projetos de formação de uma nova cristandade que seria guiada por intelectuais comprometidos com os valores da Igreja. Ao assumir a Arquidiocese de Olinda, o bispo publicou a *Carta Pastoral Saudando a sua Archidiocese*, com um debate sobre temáticas importantes para os projetos eclesiásticos (MOURA, 2012).

Com a publicação do documento, vários bispos passaram a contribuir com as atividades desenvolvidas por Dom Leme. Entre os principais articuladores, destacamos os trabalhos dos arcebispos de Belo Horizonte e Porto Alegre, D. Antônio Cabral e D. João Becker respectivamente. Dom Aquino Correia, arcebispo de Cuiabá e membro da Academia Brasileira de Letras, foi o porta-voz dos católicos em meio aos letrados do Brasil (MICELI, 1988, p. 37).

eclesiásticos brasileiros reivindicavam um lugar próprio para a formação dos seus padres. Em 1929, o Pontifício Colégio Pio Latino-americano foi desmembrado e sob a coordenação de Dom Sebastião Leme, teve início a constituição do Colégio Pio Brasileiro. O espaço foi inaugurado em 03 de abril de 1934, com uma turma de 34 padres e seminaristas.

⁹ Debateremos sobre o assunto mais adiante.

Em um segundo momento da recatolização, durante a década de 1940 e o princípio dos anos de 1950, somaram-se ao movimento D. Jaime Câmara, sucessor de Dom Sebastião Leme na arquidiocese do Rio de Janeiro, D. Alfredo Vicente Sherer, sucessor de Dom Becker em Porto Alegre, e D. José Gaspar de Afonseca e Silva na arquidiocese de São Paulo. Também se integraram ao movimento D. Castro Meyer, na diocese de Campos, e D. Geraldo Sigaud, na arquidiocese de Diamantina.

A segunda metade do século XX iniciou com uma transição do movimento de recatolização para uma Igreja pautada no catolicismo social, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, cardeal de São Paulo, e de Dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. As atividades destes religiosos se direcionaram para a assistência social aos fiéis, com a inauguração de um novo momento para o catolicismo no país (AZZI, 1994, p. 26; MARIN, 1995).

Após cem anos da sua publicação, a carta pastoral de Dom Sebastião se configura como um dos principais documentos eclesiais publicados durante o período republicano no Brasil. As suas propostas contribuíram para o fortalecimento das reivindicações e dos projetos católicos, que em certa medida, ultrapassavam as questões religiosas e receberam conotações políticas e sociais. Durante a primeira metade do século XX, grande parte das ações do clero foi guiada pelos debates promovidos em 1916, com a intenção de retomar o posicionamento da Igreja como um “braço sustentador do Estado” (BALDIN, 2014, p. 39).

A Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme

A *Carta Pastoral Saudando a sua Arquidiocese* foi publicada na cidade do Rio de Janeiro em 16 de julho de 1916, durante as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Carmo¹⁰. A divulgação do documento contou com pouca publicidade nos jornais de grande circulação na capital pernambucana. Os periódicos católicos apresentaram maior ênfase ao conteúdo do texto, mas sem uma análise aprofundada do documento e do perfil do eclesial que assumiria a Arquidiocese de Olinda.

O texto é composto por 135 páginas, dividido em quatro partes, com temáticas relacionadas à situação dos poderes político e eclesial no Brasil, a “ignorância religiosa” dos literatos, dos intelectuais e dos homens públicos, os meios pensados pelo bispo para combater a apatia política dos católicos, a organização do ensino religioso, a divulgação de obras literárias e as saudações aos fiéis do seu novo espaço de atuação. Durante a redação do documento, o eclesial se utilizou da obra *A Situação Atual da Religião no Brasil em 1910*, do padre lazarista Desidério Deschand¹¹, que realizou uma avaliação das questões religiosas que envolviam o país no início do século XX.

O documento foi visto por parte dos católicos como um “clarim de guerra” contra as problemáticas de um Estado em desordem, resultado da laicização do espaço

¹⁰ Em 1909 Nossa Senhora do Carmo foi proclamada padroeira da cidade do Recife, sendo coroada em 21 de setembro de 1919. A data é marcada por uma das principais festividades religiosas do Estado.

¹¹ Eclesial de origem francesa nascido em 1870. Atuou na administração religiosa, à frente de seminários nas dioceses de Mariana e Curitiba.

público, do racionalismo e pelas medidas liberais que dispensavam às instituições católicas. O texto enfatizou a necessidade dos membros da hierarquia do clero e dos fiéis manterem uma postura firme para as mudanças “necessárias” no país, com a organização dos católicos para ocupar os vários setores da esfera pública (SANTO ROSÁRIO, 1963; BALDIN, 2014, p. 39 – 40).

Uma das principais temáticas debatidas pelo Pe. Desidério Deschand foi a estruturação do sistema republicano no país, com observações sobre a sua legitimidade institucional. Para o lazarista, a república brasileira não se originou de uma reivindicação popular, mas se organizou a partir das forças armadas, controladas por membros da maçonaria e adeptos ao positivismo. O padre também fez críticas à constituição de 1891, com afirmações que o documento foi redigido por pensadores positivistas, que “ilegitimamente” se apresentavam como “representantes do povo” (DESCHAND, 1910, p. 19-20).

Mesmo com a utilização da obra para organizar o seu pensamento, Dom Sebastião Leme resguardou particularidades em relação às ideias do lazarista. A principal distinção se fundamentou na criação de um partido católico no país. Para o Pe. Desidério Deschand, era de “[...] absoluta e premente necessidade que têm os católicos brasileiros de se congregar em poderoso partido político” (DESCHAND, 1910, p. 185). Para o bispo de Olinda e Recife, um partido criaria divisões entre os fiéis e as lideranças eclesásticas, algo que dificultaria a formação de uma unidade católica forte, com possibilidades de manter um diálogo institucional com o Estado (LEME, 1916).

As reivindicações do lazarista estavam marcadas pelas críticas ao processo de secularização da política brasileira. Suas propostas se estruturavam na possibilidade do retorno da intervenção dos membros do clero nos debates do poder civil nacional e na manutenção das relações internacionais entre o Estado e a cúria romana. Na carta pastoral de 1916, Dom Leme salientou que mesmo os católicos sendo numericamente superiores no Brasil, não possuíam influência nas principais decisões governamentais. No entanto, a solução para tal problema se daria a partir da formação de uma neocrisandade e de ações que colaborassem com a politização dos membros da Igreja Católica¹².

As propostas de politização dos discursos católicos, apresentadas por Dom Sebastião Leme, seguiram os fundamentos que defendiam a formação de uma militância eclesástica em torno dos intelectuais comprometidos com os ensinamentos religiosos. Durante a primeira metade do século XX, a cúria romana se empenhou em preservar as suas práticas e se fazer presente nos debates sociopolíticos das nações que passaram por um processo de secularização do Estado.

Os caminhos traçados para a separação entre os Estado e a Igreja no Brasil, a partir da elaboração de uma lei negociada entre os representantes dos dois poderes, colaborou para a manutenção de uma atuação política efetiva dos membros da Igreja

¹² Entre as instituições organizadas nacionalmente por Dom Sebastião Leme e os seus colaboradores, destacamos a Liga Eleitoral Católica (1932) e a Ação Católica Brasileira (1935). (Cf. DALE, 1985; COSTA, 1937; CARNEIRO JÚNIOR, 2000).

Católica na primeira metade do século XX. As reivindicações dos clérigos se configuravam em ações que buscavam a readaptação da administração da Igreja, a atuação dos seus líderes e fiéis em uma nova realidade social e cultural (MOURA, 2015).

Com a publicação do *Decreto 119-A*, a Igreja Católica perdeu o seu posto de religião oficial do Estado, igualando-se a outras práticas existentes no país. No entanto, o histórico de atuação política da cúria romana no Brasil, a militância dos seus intelectuais e a estruturação de um projeto para o fortalecimento do catolicismo foram fundamentais para que os católicos mantivessem destaque nos debates sociais do período aqui analisado.

As propostas para a politização do clero muito contribuíram para a manutenção das práticas católicas em um país secularizado. A carta publicada em 1916 foi o primeiro documento de alcance nacional que apresentou os caminhos para o fim da “apatia dos membros da Igreja”, com sugestões para a estruturação de um amplo projeto de reorganização eclesial.

A partir do exposto, elencamos as principais ideias apresentadas pelo bispo no documento, com ênfase nas temáticas sobre política e religião no início do século XX. Entre as suas argumentações, destacamos a visão sobre a situação religiosa no Brasil, a participação dos intelectuais no movimento de Restauração Católica e os debates sobre o ensino religioso.

Reconhecemos que os vários outros assuntos trabalhados na carta pastoral poderiam ser abordados, mas a nossa escolha tem o objetivo de construir uma narrativa sobre as afinidades entre o catolicismo e a política nas primeiras décadas do século XX. Também enfatizamos que a investigação se concentrou especificamente na pastoral de 1916, mesmo que o bispo tenha realizado outras publicações que são merecedoras de uma investigação na área da história das religiões.

Dom Sebastião Leme iniciou o documento com destaque à tradição católica no Brasil. No entanto, o religioso enfatizou que a relação dos cidadãos com a religião não se traduzia em uma efetiva vivência e atuação dos fiéis para o fortalecimento das suas práticas. Em crítica a atuação dos membros da Igreja e a laicização das práticas sociais e culturais no Brasil, o bispo destacou que:

Na verdade, os catholicos, somos a maioria do Brasil e, no entanto, catholicos não são os princípios e os orgams da nossa vida política. Não é catholica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigos o ensino. Na força armada da Republica, não se cuida de Religião. Emfim, na engrenagem do Brasil official não vemos uma só manifestação de vida catholica. O mesmo se póde dizer de todos os ramos da vida publica. Anticatholicas ou indifferentes são as obras de nossa literatura. Vivem a achincalhar-nos os jornaes que assignamos. Foge de todo á acção da Igreja a industria, onde

no meio de sua fabricas innumeradas a Religião deveria exercer a sua missão moralisadora. O commercio de que nos provemos parece timbrar em fazer conhecido que não respeita as leis sagradas do descanso festivo. Habitos novos, irrazoaveis e até ridículos, vai introduzindo no povo o *snobismo* cosmopolita (LEME, 1916, p. 05).

As primeiras reivindicações apresentadas na carta de Dom Sebastião Leme tiveram como foco o processo de laicização das práticas sociais, culturais e políticas. Nas palavras do bispo, mesmo que os números tenham demonstrado que os católicos eram a maioria no país, os fiéis permaneciam apáticos devido às mudanças sociais vivenciadas desde a publicação do *Decreto 119-A*. Para o religioso, os adeptos do catolicismo eram uma maioria que não cumpria com “[...] os seus deveres sociaes [...] chegámos ao absurdo maximo de formarmos *uma grande força nacional, mas uma força que não actua e não influe, uma força inerte. Somos, pois uma maioria ineficiente*”. (LEME, 1916, p. 06).

É interessante destacarmos que, no Brasil, os católicos não enfrentaram um processo de laicismo, traduzido nas perseguições governamentais e populares, em prisões e assassinatos de religiosos, com um projeto político que tinha a intenção de encerrar as atividades católicas no país (LEME, 1916, p. 01 e 02; CATROGA, 2006, p. 202 – 203; MOURA, 2015, p. 25 - 43). Em algumas nações, a exemplo de Portugal, a implementação de um projeto político laicista reduziu o número de adeptos ao catolicismo devido à intenção governamental de suspender as práticas religiosas entre os seus cidadãos. Deste modo, no Brasil, o programa de atuação dos religiosos se concentrava na necessidade de uma readaptação das suas práticas em uma nova realidade social e não na estruturação de um novo culto, como no país lusitano (MATTOSO; RAMOS, 1993).

Nas interpretações levantadas na carta pastoral, a restauração das intervenções dos membros da Igreja Católica nos debates políticos seria a solução para as problemáticas levantadas por Dom Leme. Para o bispo, a influência dos católicos “[...] é certo que muito precisa a nossa patria amada. Ella tem o direito indiscutível a exigir de nós uma floração de virtudes privadas e cívicas que, estimulando a todos no cumprimento do dever, em todos se infiltrem para germen de probidade e são patriotismo” (LEME, 1916, p. 07).

Os projetos pensados pela hierarquia do clero brasileiro não se resumiam ao espaço público, como os debates sobre o ensino religioso facultativo, a inserção dos símbolos católicos nos principais pontos da cidade, os debates eclesiais nos centros acadêmicos, dentre outros aspectos que foram marcantes na primeira metade do século XX. As ações cotidianas no âmbito privado também colaboraram para a normatização dos católicos, como a importância da mulher para a educação e a manutenção da família, a estruturação do conceito do “bom católico”, traduzido nos indivíduos que frequentam as missas, mantinham-se atuantes na igreja e participam ativamente dos projetos do clero.

As sugestões para a normatização da vida cotidiana dos fiéis foram fundamentais para a formação e o fortalecimento de alguns movimentos de massa.

Durante a década de 1930 em Pernambuco, os membros da Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) foram alguns dos principais apoiadores dos projetos de Restauração Católica no país. Andrade de Lima Filho (1910 – 1983) e Andrade Bezerra (1889 – 1946), membros da Faculdade de Direito do Recife e integrantes da A.I.B. - PE, constituíram-se como principais representantes dos discursos católicos no meio intelectual. As ideias apresentadas pelos dois pensadores preservavam a relação entre o político e o religioso, legitimando-se entre os vários setores da sociedade (SILVA, 2002; LIMA FILHO, 1976; MOURA, 2012).

As recomendações apresentadas por Dom Sebastião Leme seguiram as orientações que foram publicadas pelos líderes da cúria romana desde o século XIX. As discussões do bispo mantiveram uma estreita aproximação das principais encíclicas publicada sobre o tema, a exemplo da *Syllabus Errorum*, que apresentou os “erros” da sociedade moderna. Entre os principais apontamentos do eclesiástico, estava a predisposição dos governantes aceitarem a secularização como um processo natural da sociedade (PIO IX, 2012). Na pastoral de 1916, Dom Leme apresentou que os “erros” do Brasil eram resultado da carência dos ensinamentos do evangelho e das doutrinas cristãs, da ausência da autoridade divina da Igreja na sociedade e da falta de uma “*Ação Social Catholica*”. (LEME, 1916, p. 10 – 11, 15).

Durante a redação da pastoral, Dom Leme apresentou os caminhos que deveriam ser traçados para a solução dos problemas sociais, políticos e religiosos identificados no texto. Entre as suas ideias, destacou-se a necessidade da participação dos intelectuais nos projetos da Igreja Católica. A falta do engajamento dos homens das letras nas atividades do clero foi vista como um dos problemas para a reinserção das ideias eclesiásticas na esfera governamental (LEME, 1916, p. 24 – 30, 40 – 41).

A participação dos intelectuais nos projetos da Igreja Católica integrava as estratégias de cristianização das elites e colaborava, também, para a constituição de ações que tinham o objetivo de implementar uma ordem católica no país. Os pensamentos apresentados por Dom Sebastião Leme também colaboraram para a formação do conceito de intelectual católico na primeira metade do século XX, defensor da ordem social, da autoridade, da contrarrevolução, do nacionalismo e da restauração da moral, todos com base nos ensinamentos cristãos (VILLAÇA, 1975, p. 97, 98, 106).

Chamamos atenção para a categoria específica dos intelectuais católicos utilizada durante este trabalho. Para a definição do conceito, classificamos os religiosos e os leigos que estavam inseridos na estrutura da Igreja, com propostas baseadas na tradição e no conservadorismo. É importante destacar que o processo de secularização e/ou o laicismo foi fundamental para o surgimento de homens que pensassem alternativas para as mudanças sociais oriundas do clero. A formação de uma *intelligentsia* católica no início do século XX desconstruiu o uso exclusivo de uma categoria que nasceu na esquerda política (NUNES, 2005, p. 74).

O surgimento do grupo denominado como intelectuais católicos colaborou para a descentralização do modelo de intelectual ao estilo francês (CHARLE, 2003). Com as novas abordagens destinadas ao conceito, os olhos da sociedade e dos investigadores

também se voltaram para Roma, como espaço de debates políticos que estavam inseridos em um movimento de estrutura internacional.

Para Catarina Nunes, “[...] o intelectual católico é essa entidade que, desde o interior da Igreja Católica, procede à crítica da mesma e a um pensamento sistematizado sobre ela” (NUNES, 2005, p. 101). Tanto no Brasil, como em países onde se estruturaram os movimentos políticos da Igreja, foram os intelectuais católicos que organizaram as ideias de recatolização. Suas ações não se voltaram apenas às necessidades da Igreja, mas também dialogavam sobre as problemáticas sociais do mundo moderno.

Observamos o intelectual católico como um indivíduo militante dos projetos e instituições confessionais, comprometido com as ações políticas e sociais da Igreja romana. Entre os integrantes deste grupo estão os religiosos que fazem parte da hierarquia do clero, que, independente do grau de formação, também os classificamos como intelectuais por se apresentarem como guias de um amplo projeto para as mudanças sociais e de formação de uma identidade nacional (RIBEIRO, 2009, p. 95, 102).

Entre estes pensadores, também estão inseridos os leigos que não fazem parte da hierarquia da Igreja Católica, mas que em suas ações são propositivos para o projeto do clero, com a formação de estratégias para a construção do pensamento social e da identidade nacional. Para Emanuela Sousa Ribeiro, em algumas ocasiões estes indivíduos foram os responsáveis pela intervenção política que colaborou com a aceitação das ações do clero na sociedade, já que estavam mais livres para exercer as suas atividades (RIBEIRO, 2009, p. 104, 140).

Os homens das letras se apresentavam como guias para a formação de uma neocrisandade, a difusão dos ensinamentos católicos e a divulgação do movimento internacional da Igreja romana no país. Entre algumas das principais defesas dos intelectuais católicos, apresentou-se a manutenção do ensino religioso, seja no espaço privado ou nas escolas, como um caminho para se implementar uma ordem católica no Brasil. Para Dom Sebastião Leme, a instrução do evangelho deveria iniciar na família, pois seus objetivos se voltavam para a salvação das problemáticas nacionais (LEME, 1916, p. 58). Seguindo o bispo:

Haja educação christã, illuminada e austera, e termos magistrados, legisladores e toda uma floração de homens públicos, respeitadores da lei e respeitadores do povo. [...] 1º) – A razão, a fé e a experiencia ensinam que só na Igreja de Jesus Christo se encontram regras seguras para a boa educação dos filhos, a qual na fé e na moral catholica se deve basear; 2º) – A obrigação de educar christãmente os filhos é imposta por lei natural divina, da qual não há motivo algum que possa eximir os pais; 3º) – Uma boa educação austera e christã é o mais precioso thesouro que possam os pais deixar aos filhos; 4º) – Os pais devem

empenhar-se para ministrar às crianças desde a mais tenra infância os conhecimentos das cousas celestes, ensinar-lhe cuidadosamente os deveres da vida cristã e infundir em seus corações innocentes ódio profundo aos vícios e amor ardente de todas as virtudes; e logo que os filhos attinguem o uso da razão redobrem sua vigilância, procurem suavemente habitual-os a guardar os preceitos da Igreja e velem para que nada vejam nem apprendam que possa fazer a sua fé e pureza de costumes; 5º) – Prêguem com instancia aos pais de família que, pouco ou nada aproveitando o ensino sem o bom exemplo, devem elles primar numa vida cristã e honrada (LEME, 1916, p. 86 – 87).

Além das recomendações para a formação cristã no espaço privado, Dom Sebastião Leme também apresentou sugestões para o ensino religioso institucionalizado. As suas recomendações abordavam desde o ensino do evangelho aos operários (LEME, 1916, p. 70) até a educação formal, garantida pelo Estado como componente curricular.

O ensino leigo era visto como “[...] um absurdo [...] contrario á Religião [...] anti-religioso [...]”, por este motivo os membros da Igreja não poderiam aceitar esta prática. Mesmo com as ressalvas apontadas pelo bispo, suas exigências passavam pelo estabelecimento de um ensino religioso facultativo, visto como um direito aos católicos (LEME, 1916, p. 95). Tais argumentações contribuíram para a fundação de diversas escolas confessionais na primeira metade do século XX na cidade do Recife, a exemplo do Colégio São José das Irmãs Dorotéias, o Colégio Nossa Senhora do Carmo, o Colégio Nóbrega dos Jesuítas e o Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora, na área central da cidade, ou os Colégios dos Maristas e o Colégio Imaculado Conceição em regiões mais afastadas do centro. Outras instituições de ensino foram fortalecidas, como o Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração, que desenvolvia as suas funções desde 1895¹³.

É importante lembrarmos que os espaços de ensino formal eram vistos como um lugar de constituição do “bom cristão”, doutrinação dos jovens e de ensinamento dos valores católicos. Nas palavras do Papa Leão XIII, a escola deveria ser vista como um campo de batalha “[...] em que se decide o caracter christão da sociedade” (LEME, 1916, p. 98). Neste sentido, as ideias de Dom Leme, voltadas para a área educacional, tinham a intenção de colaborar com a formação de uma sociedade sacralizada e consciente da sua atuação religiosa.

Os aspectos elencados por Dom Sebastião Leme em sua carta pastoral tinham o objetivo de promover a aproximação entre os discursos do poder político e religioso para

¹³ Parte dos projetos educacionais foi desenvolvida por missionários que desembarcaram na cidade, a exemplo dos membros da Companhia de Jesus e dos Salesianos, que mantinham uma estreita relação com as ações de ensino. Outros grupos se empenharam nestas ações para colaborar com as atividades de fortalecimento da recristianização (Cf. CASALI, 1995).

o processo de recatolização da sociedade. Sua atuação na diocese de Olinda e Recife foi fundamental para a sua transferência à Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1921, lugar onde ocupou os cargos de bispo coadjutor com direito a sucessão, bispo titular e onde foi nomeado o segundo cardeal brasileiro.

Com as suas atividades na capital federal a partir de 1921, o eclesiástico teve a oportunidade de desenvolver um trabalho efetivo de politização do clero e reivindicar os projetos da Igreja Católica em espaços próximos do poder governamental. A fundação da revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital e as parcerias estabelecidas com Jackson de Figueiredo (1891 – 1928) e Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983) estruturaram um novo momento na trajetória de Dom Sebastião Leme (RODRIGUES, 2005; AZZI, 2001; AZZI, 2003; ARDUINI, 2015).

Na capital do país, o bispo intensificou o trabalho com os intelectuais católicos, com a organização de elementos importantes para o processo de recristianização. Suas ações no Rio de Janeiro continuaram alinhadas ao que foi proposto em 1916, com o objetivo principal de encaminhar o “[...] Brasil para a felicidade e para a glória. Será no dia em que, instruídos na Religião, constituirão os catholicos uma cruzada vencedora contra a descrença que assola e devasta a organização da pátria” (LEME, 1916, p. 43 – 44).

Após os cem anos de divulgação da *Carta Pastoral Saudando a sua Arquidiocese*, o documento se configura como uma das mais importantes fontes para compreendermos a atuação intelectual e dos eclesiásticos nos movimentos políticos da primeira metade do século XX. O texto publicado por Dom Sebastião Leme foi essencial para o reestabelecimento dos diálogos institucionais entre os poderes civil e eclesiástico, mesmo com a manutenção da independência de cada setor.

A organização de ações que estruturaram o trabalho de um conjunto de católicos militantes, compartilhada com os projetos dos intelectuais católicos, credenciou Dom Leme como o principal elo entre os diálogos dos membros da Igreja Católica e os integrantes do poder civil no Brasil. Os escritos do bispo, a exemplo da documentação analisada em nossa narrativa, foram fundamentais para a recondução do poder eclesiástico ao cenário político nacional nas primeiras décadas do século XX.

Fontes:

BADARÓ, Francisco Coelho Duarte. *L'Eglise au Brésil pendant l'empire et pendant la république*. Roma: Bontempelli, 1895.

COSTA, João Batista Portocarrero. *Ação Católica: conceito programa organização*. Rio de Janeiro: ABC, 1937.

DESCHAND, Desiderio. *A situação atual da religião no Brazil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.

LEÃO XIII. *Litteras a Vobis*. Disponível em

<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_02071894_litteras-a-vobis_en.html> Acesso em, 25 nov. 2013.

LEME, Dom Sebastião. *Carta Pastoral Saudando a sua Arquidiocese*. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fieis da Igreja do Brazil. *Pastoral de 19 de Março de 1890*. São Paulo: Typ. Salesiana a vapor c.o. Lyceu do Sagrado Coração, 1890.

PIO IX. *Encíclica Quanta Cura e Syllabus*. Disponível em

<www.filosofia.org/mfa/far864a.htm> Acesso, 04 set. 2012. [Tradução livre].

PIO IX. *Encíclica Quanta Cura e Syllabus*. Disponível em

<www.filosofia.org/mfa/far864a.htm> Acesso, 04 set. 2012. [Tradução livre].

Presidência da República. Casa Civil. *Decreto 119 – A*. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em, 25 fev. 2016.

Referências:

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. *A Construção da Verdade Autoritária*. São Paulo: Humanitas, 2001.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. *Em Busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928 – 1945)*. São Paulo: EDUSP, 2015.

AZZI, Riolando. *A Neocristandade: um projeto restaurador*. História do pensamento católico no Brasil – V. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. *Notas para a História do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2001.

_____. *Os Pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Educam, 2003.

_____; GRIJP, Klaus van der. *História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo*. Terceira época – 1930 – 1964. Petrópolis: Vozes, 2008. Tomo II / 3 – 2.

BALDIN, Marco Antônio. *O Cardeal Leme e a Construção da Ordem Política Católica (1930-1942)*. 157 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2014.

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. *Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1932 – 1954*. 156 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História / Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil. Uma perspectiva histórica*. Coimbra: Almedina, 2006.

CHARLE, Christophe. Nascimento dos Intelectuais Contemporâneos. *História da Educação*, Pelotas, p. 141 – 156, V. 07, n°. 14, set. 2003.

DALE, Romeu (Org.). *A ação católica brasileira*. São Paulo: Loyola: CEPEHIB, 1985.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Igreja e política no Brasil: do Partido Católico a L.E.C. (1874-1945)*. São Paulo: Edições Loyola: CEPEHIB, 1983.

MARIN, Richard. *Dom Helder Câmara, les puissants et les pauvres: pour une histoire de l'Eglise des pauvres dans le Nordeste brésilien, 1955-1985*. Paris: Editions de l'Atelier/Éditions ouvrières, 1995.

MATTOSO, José (Dir.); RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal: a segunda fundação*. Lisboa: Estampa, 1993. v. 06.

MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- MOURA, Carlos André Silva de. “Restaurar todas as coisas em Cristo”: Dom Sebastião Leme e os diálogos com os intelectuais durante o movimento de recatolização no Brasil (1916 – 1942). In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de. (Org.). *Intelectuais e Militância Católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.
- _____. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937)*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.
- _____. *Histórias cruzadas: debates intelectuais no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910 - 1942)*. 417 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- NUNES, Catarina Silva. *Compromissos Incontestados: a auto-representação dos intelectuais católicos portugueses*. Lisboa: Paulinas, 2005.
- RAMBO, Arthur B.. Restauração Católica no Sul do Brasil. *História: Questões e Debates*, Curitiba, p. 279 – 304, n. 36, Editora da UFPR, 2002.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930*. 2009, 307 p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco / Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2009.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934 – 1945)*. Belo Horizonte: Autêntica – FAPESP, 2005.
- SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do. *O Cardeal Leme (1882 – 1942)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1963.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.